

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 08/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO
DISTRITO FEDERAL – SLU/DF E A
COOPERATIVA DE CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS - RENASCER,
NOS TERMOS ABAIXO:**

Processo nº 094.000.419/2016.

O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU/DF, ente autárquico distrital, CNPJ nº. 01.567.525/0001-76, sediado no SCS, Q. 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2.000, 6º andar, Brasília-DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado legalmente neste ato por sua Diretora-Presidente **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, brasileira, divorciada, portadora da CI nº M-417.159 SSP/MG, CPF nº 232.529.956-20, residente e domiciliada nesta capital e por sua Diretora de Administração e Finanças, **CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS**, brasileira, casada, portadora da CI nº 3.282.482 SSP/DF e CPF nº 369.946.503-91, domiciliado e residente nesta capital, e a **COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - RENASCER**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede provisória no SDS, Bloco N, Edifício AGROPOL, Sala 403, CONIC, Brasília - DF, CEP: 70.392-301, representada por **JOSÉ MARTINS DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2.328.912 SSP/DF, CPF nº 010.834.671-40, na qualidade de Diretor Financeiro, considerando o Resultado da Solicitação de Cotação de Preços nº 10/2016, que deu origem a Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 24, inciso XXVII c/c art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos da Solicitação de Cotação de Preços nº 11/2016 (fls. 32/48), da Proposta de Preços (fls. 52/54), Termo de Referência (fls. 13/27) e da Lei nº 8.666/93, que passam a integrar este Instrumento.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Contratação de Cooperativa de catadores para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos urbanos recicláveis domiciliares e comerciais, com a remoção do rejeito, para disposição final em local definido pelo SLU, com execução mediante o regime de empreitada global, para atender às necessidades do Serviço de Limpeza Urbana – SLU/DF nas Regiões Administrativas da Candangolândia e do Núcleo Bandeirante.

Parágrafo Primeiro – Da localidade

Os serviços objeto deste Instrumento deverão ser realizados na Região Administrativa da Candangolândia e do Núcleo Bandeirante.

Cláusula Terceira – Da assinatura do contrato

A contratada será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e neste Instrumento.

- I. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SLU/DF.
- II. Por ocasião da assinatura do contrato e de outros meios a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação.

Cláusula Quarta – Do Valor e da Dotação Orçamentária

Parágrafo Primeiro – Da estimativa do valor unitário, Valor da contratação, Dotação Orçamentária e da estimativa do valor unitário

Conforme previsto no Termo de referência, a expectativa do peso a ser coletado mensalmente é de 102 ton/mês.

O contrato poderá sofrer alterações caso ocorra algumas das situações abaixo descritas:

- I. Coleta 20% abaixo da estimativa (81t/mês), por 03 (três) meses consecutivos, deverá ser intensificadas ações de sensibilização da CONTRATADA junto à população atendida;
- II. Coleta 40% abaixo da expectativa (61t/mês), por 02 (dois) meses consecutivos, deverá ser realizada auditoria pela Diretoria Técnica – DITEC do SLU na rota e;
- III. No caso da coleta ficar 60% (41t/mês) ou mais, por 02 (dois) meses consecutivos, abaixo do peso esperado a contratação deverá ser reavaliada com vistas à rescisão contratual.

Parágrafo Segundo - Do valor da contratação

O custo mensal da presente contratação é de **R\$ 31.931,96** (trinta e um mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos); o custo estimado anual é de **R\$ 383.183,52** (trezentos e oitenta e três mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Parágrafo Terceiro - Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Governo do Distrito Federal, consignada no orçamento do SLU:

I – Unidade Orçamentária: 22214

II – Programa de Trabalho: 15.452.6210.2079.6118

III – Natureza da Despesa: 33.90.39

IV – Fonte de Recursos: 100

O empenho inicial é de R\$ 223.523,72 (duzentos e vinte e três mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos), conforme Nota de Empenho nº 2116NE00428, emitida em 13/05/2016, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

Parágrafo Quarto – Do reajuste

- I. O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente, mediante provocação da CONTRATADA, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, observando o interregno de 12 (doze) meses, desde que o novo valor seja compatível com os preços de mercado.

Cláusula Quinta - Do Pagamento

- I. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de relatório e da nota fiscal de prestação do serviço do mês, subsequente, à execução do serviço de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, no horário de 08 h às 18h00min.
- II. O relatório deverá ser elaborado e apresentado no formato definido pelo SLU, de forma precisa, completa, limpa e clara, deverá conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados, tais como:
 - a) Descrição detalhada do percurso diário do trecho percorrido, gerado por equipamento eletrônico de localização, GPS;
 - b) Lista dos trabalhadores e cooperados/associados com cópia de frequência com os respectivos dias trabalhados objeto do contrato;
- III. Comprovante de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, dos empregados da cooperativa e regularidade do INSS de todos os empregados e cooperados/associados que trabalhem no objeto do contrato;
- IV. Comprovante de regularidade trabalhista junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, mediante consulta efetuada por meio eletrônico.
- V. Apresentação mensal de relatório com peso do material coletado e aproveitamento (com apresentação de comprovante de peso), assim como identificação do motorista, data, trecho percorrido e destino da coleta realizada.

Cláusula Sexta – Da vigência do contrato

O prazo de vigência deste Instrumento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período e não ultrapassando um total de 60 (sessenta) meses.

Cláusula Sétima – Da especificação do objeto

- I. Serviço de coleta porta a porta dos resíduos sólidos recicláveis urbanos domiciliares e comerciais;
- II. Serviço de transporte e destinação dos resíduos sólidos recicláveis urbanos, domiciliares e comerciais para as unidades de tratamento indicadas pelo SLU;
- III. Serviço de coleta, transporte e destinação dos rejeitos (resíduos não recicláveis) objeto dos serviços dos itens I e II para disposição final em local previamente autorizado pelo SLU;
- IV. Atendimento a aproximadamente 90% (37.683) da população da RA descrita que possui 41.871 mil habitantes

Cláusula Oitava – Forma de Prestação dos Serviços

- I. Os serviços serão executados na forma e nas datas discriminadas a seguir:
 1. Coleta e Transporte dos resíduos recicláveis dispostos porta a porta nos domicílios e comércio em rota previamente estabelecida na proposta de execução dos serviços. Serão coletados todos os resíduos recicláveis e reutilizáveis seja qual for o número deles, de acordo com locais e frequência apresentados na proposta aprovada pelo SLU. Os serviços serão executados no mínimo, de 02 (duas) vezes na semana para os domicílios e no mínimo 03 (três) vezes por semana nos comércio, em turno, preferencialmente, contrário ao turno da coleta convencional;
 2. Coleta e Transporte dos rejeitos originários dos serviços:
 - 2.1. A COOPERATIVA deverá coletar e transportar todos os rejeitos originários do objeto deste Instrumento.

II. Da destinação dos resíduos

1. Os resíduos recicláveis coletados serão destinados às cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis que realizarem a coleta e transporte, preferencialmente, ou a outros locais autorizados e previamente designados pelo SLU;
2. A COOPERATIVA deverá fazer a disposição final adequada dos rejeitos, produto da coleta realizada, em local indicado pelo SLU;
3. A CONTRATADA deverá recolher os resíduos sólidos recicláveis, mesmo que estes não estejam acondicionados de acordo com a norma NBR 11.174/90 – ABNT, devendo comunicar o fato ao SLU, por intermédio de documentação enviada ao executor do contrato a ser indicado pela Administração desta Autarquia;
4. A CONTRATADA deverá realizar a pesagem das coletas realizadas antes do processamento, assim como controle de aproveitamento e de rejeitos oriundos do serviço prestado ao SLU;
5. A CONTRATADA deverá apresentar a proposta de coleta e transporte composta de: mapas de rotas, com vias e frequências correspondentes, assim como suas particularidades compondo uma rota máxima de 80 km/dia, considerando o trecho de circuito completo de sua sede até a disposição final dos rejeitos, quando necessário;

III. Dos horários

1. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os dias e horários de coleta previstos na proposta de coleta seletiva aprovada; o horário executado não poderá exceder a 2 (duas) horas do horário previsto na proposta de coleta seletiva, sob pena de sanções contratuais;
2. Os horários e períodos previstos para a coleta seletiva deverão ser, preferencialmente, diferentes dos horários e períodos do Plano de Coleta Convencional e preferencialmente em dias alternados. O Plano da Coleta Convencional será disponibilizado para a CONTRATADA no ato da contratação pelo SLU;
3. O processo de coleta, transporte e destinação deverá ocorrer no período compreendido no intervalo de 07h00 horas até às 22h00 horas, atendendo sempre a prioridade de ocorrência em horário alternativo ao da coleta convencional;
4. Os resíduos recicláveis a serem coletados serão disponibilizados pelos geradores para a coleta seletiva nos horários previamente definidos conforme especificações contidas no site do SLU;

IV. Da frequência da coleta

1. Para a elaboração da frequência de coleta deve ser observada a tabela a seguir, considerando a necessidade verificada em cada rota, observando as peculiaridades de geração dos resíduos nos domicílios unifamiliares e ou multifamiliares e comércios (cujos resíduos possam ser equiparados ao resíduo domiciliar) o que irá determinar a necessidade de mais coletas semanais e deverão constar da proposta de coleta seletiva, a ser submetido à aprovação do SLU;

TABELA 1 – FREQUÊNCIA MÍNIMA PARA A REALIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA

Área Urbana	Nº de vezes por semana
Comercial	3
Residencial	2

2. Os serviços serão executados nas áreas urbanas da Região Administrativa da Candangolândia e do Núcleo Bandeirante;
3. Não será permitido que os resíduos dispostos para coleta seletiva permaneçam nas vias públicas nos dias e horários previstos, devendo ser recolhidos no mesmo dia apresentado na proposta, deixando os logradouros limpos e devolvendo os recipientes aos locais de origem;
4. Quando as vias públicas não possibilitarem o tráfego ou a manobra do caminhão, os catadores/coletores ou organizadores deverão deslocar-se até o local onde haja resíduos depositados para a coleta e removê-los até o caminhão que estará estacionado em local próximo e apropriado;
5. Nos condomínios fechados horizontais e verticais os resíduos serão coletados em local próprio na via pública;
6. A CONTRATADA deverá realizar a organização prévia para a coleta seletiva por meio de orientação da população, porta a porta nas localidades abrangidas pelo contrato, com ação de comunicação que atenda toda a extensão da área CONTRATADA, previamente submetida e aprovada pelo SLU, após manifestação da Assessoria de Gestão Ambiental;
7. O desenvolvimento de material de divulgação da coleta seletiva será realizado pela Assessoria de Gestão Ambiental do SLU e a distribuição e sensibilização ficará a cargo da CONTRATADA;
8. Deverá ser apresentado ao SLU um Plano de Comunicação da Coleta Seletiva a ser elaborado pela CONTRATADA, com ou sem material impresso, aprovados previamente pelo SLU, de forma a atender a todos os domicílios e estabelecimentos comerciais da área abrangida pelo contrato em um prazo de até 30 dias após a assinatura do contrato;
9. Em cada mês de atuação, a equipe de organização para a coleta seletiva deverá visitar, no mínimo, 02 (duas) vezes cada domicílio ou estabelecimento comercial da área abrangida. Na primeira visita é realizada a entrega do material de comunicação, se houver, e a orientação prévia, e na segunda visita verificar se os moradores estão participando da coleta seletiva e se há alguma dúvida a respeito do processo;
10. A CONTRATADA deverá entregar ao SLU, até o quinto dia do mês subsequente, o Relatório Mensal dos serviços executados incluindo: número e endereço dos domicílios e estabelecimentos comerciais visitados, quantitativo e o tipo de material impresso, quando for o caso, entregue à população;
11. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução contratual;

V. Das equipes

1. A equipe padrão para a execução da coleta e transporte de resíduos da coleta será constituída de 01 (um) motorista e de 02 (dois) catadores/coletores ou ajudantes, 01 (um) catador/coletor que terá a função de organização prévia para a coleta, com orientação aos moradores para o acondicionamento e disposição de resíduos secos de forma e frequência adequada e 1 (um) catador/organizador responsável pela verificação da separação prévia e limpeza, bem como se todos os trabalhadores estão usando as ferramentas, uniformes e com os equipamentos de segurança adequados. Além de 01 (um) auxiliar administrativo na sede da cooperativa responsável pelo controle administrativo do serviço;
2. A equipe também deverá contar com substitutos para todos os postos relacionados, para não haver interrupção do serviço prestado;
3. Caberá exclusivamente à CONTRATADA a admissão de empregados,

- associados ou cooperados necessários ao desempenho do objeto do contrato, correndo por sua conta, também, os encargos sociais, trabalhistas e securitários, uniformes, vestiários, EPI's e outras exigências das leis trabalhistas;
4. É proibido aos empregados, associados ou cooperados da CONTRATADA retirar resíduos da coleta seletiva, ingerir bebidas alcoólicas em serviço, ou pedir gratificações ou donativos, de qualquer espécie dos geradores dos resíduos e ou dos seus destinatários;
 5. A equipe da CONTRATADA deverá apresentar-se devidamente uniformizada, identificadas e com os equipamentos de proteção individuais (EPI) necessários ao desempenho das funções conforme as normas de segurança vigentes;
 6. Os uniformes deverão obedecer às cores padrão, dizeres e logotipos estabelecidos pelo SLU, devendo ser repostos sempre que se apresentarem desgastados, destruídos, impróprios à finalidade ou solicitado pelo executor;
 7. O SLU poderá exigir o afastamento de qualquer empregado, associado ou cooperado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. O afastamento deverá ser imediatamente ao recebimento da comunicação formal;
 8. A frequência diária dos cooperados/associados e trabalhadores deverá ser registrada, conforme normas trabalhistas e do Ministério do Trabalho;
 9. A CONTRATADA deverá promover treinamento com seus empregados, associados/cooperados para: identificação e coleta somente dos resíduos sólidos secos, orientação da população e conhecimento das cláusulas contratuais com suas obrigações e restrições. Esse treinamento deverá ser feito de forma periódica e a cada mudança na equipe ou conforme estabelecido pelo SLU, caso constate-se má qualidade na prestação dos serviços;
 10. Não será permitido o trabalho ou a permanência de menores de 18 anos nos veículos de coleta seletiva, atendendo a Lei nº 8.069/1990;
 11. A CONTRATADA deverá ter, às suas expensas, contrato com escritório de contabilidade, devidamente registrado no conselho de classe, para realizar a escrituração contábil da cooperativa;
 12. A COOPERATIVA deverá atender a todas as exigências legais a fim de atender em sua totalidade o que prescreve o Inciso XXVII, Art. 24 da Lei Federal N.º 8.666/93, onde a mesma deverá ser composta por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis. Preferencialmente cadastradas no Cadastro Único dos Programas Federais em conformidade com o Decreto Federal 6.135 de 26 de junho de 2007.

VI. Do Planejamento e Controle

1. A proposta de coleta seletiva deverá abranger toda a área dos trechos previstos e aprovados previamente pelo SLU. Entretanto, sugestões que propiciem economicidade e racionalidade, para a melhoria na qualidade dos serviços poderão ser adotadas, mediante aprovação prévia do SLU;
2. A CONTRATADA deverá utilizar sistema de comunicação eficiente que possibilite o contato imediato com seus responsáveis por cada atividade, com o objetivo de agilizar e garantir a qualidade dos serviços;
3. A nota fiscal deverá ser emitida mensalmente dos serviços prestados contendo no corpo da nota fiscal: no campo da "descrição" o objeto do contrato com a identificação da RA dos serviços realizados;
4. Na apuração da carga transportada a CONTRATADA adotará o procedimento de pesar o veículo carregado e vazio, para mensurar os quantitativos coletados;
5. O SLU se reserva o direito de promover alterações nos trechos de coleta e o novo trecho de coleta deverá ser implantado em, no máximo, 10 (dez) dias corridos, devendo a CONTRATADA adequar-se às novas necessidades de

- serviço, respeitados os parâmetros básicos estipulados neste Termo de Referência;
6. A CONTRATADA deverá respeitar as posturas, normas técnicas, padrões e restrições pertinentes aos serviços, objeto do presente Termo de Referência, normas de segurança de transporte, inclusive quanto ao excesso de carga, de acordo com a legislação pertinente e à redução de ruídos gerados pela operação;
 7. A CONTRATADA enviará a comprovação da rota cumprida, com relatório emitido pelo GPS instalado no veículo, e a comprovação da disposição final adequada dos rejeitos com tíquetes da balança, em área autorizada pelo SLU;
 8. A CONTRATADA apresentará ao SLU, até o quinto dia do mês subsequente, o Relatório Mensal de serviços executados. O relatório deverá conter os quantitativos dos serviços realizados, e, se necessário, relatar problemas ocorridos e sugestões de melhorias.

Cláusula Nona – Materiais Pertinentes à Execução dos Serviços

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades a seguir estabelecidas:

I. Dos Transportes

1. A coleta e o transporte de resíduos secos domiciliares, comerciais e assemelhados aos residenciais, deverão ser efetuados utilizando-se:
 - a) Caminhões de carroceria com ampliação das laterais ou assemelhados, sendo admitido também o uso de caminhões tipo baú para a coleta de resíduos recicláveis (conforme especificações no item 17, alínea “a” deste inciso);
2. Os veículos não poderão despejar resíduos ou vazar "chorume" nas vias e logradouros públicos;
3. Os veículos deverão conter a programação visual estabelecida pelo SLU;
4. Os veículos em serviço deverão ser providos de vassoura e pá para recolhimento de detritos eventualmente derramados nas vias públicas durante a execução dos serviços;
5. Os veículos automotores, máquinas e equipamentos apresentados pela CONTRATADA deverão ser adequados e em condições de realizar os serviços, conforme estabelecido neste Termo de Referência, sendo motivo de recusa do equipamento a ausência de atendimento das orientações básicas das presentes especificações;
6. Somente serão aceitos para execução do contrato veículos com até 60 (sessenta) meses de fabricação, mediante vistoria, a ser realizada pela CONTRATANTE;
 - a) Havendo prorrogação do contrato, a cooperativa deverá apresentar o veículo para execução do trabalho com a data de sua fabricação igual ou inferior a 60 meses.
7. A aprovação dos veículos será feita por meio de Termo de Vistoria próprio, Anexo B, realizado por servidor da CONTRATANTE, no ato da apresentação dos veículos;
8. A programação visual dos veículos deverá ser feita e fixada nos veículos de acordo com modelo definido e apresentado pelo SLU;
 - a) O(s) veículo(s) deverá(ão) ser identificado(s) pela CONTRATADA nos padrões e cores de programação visual definidos pelo SLU/DF, conforme modelo a ser disponibilizado após a assinatura do contrato;
9. Os veículos deverão ser equipados com tacógrafos providos de disco/diagrama, sendo sempre permitido o pronto acesso da fiscalização do SLU;
10. A CONTRATADA deverá garantir o perfeito funcionamento dos veículos e equipamentos, promovendo os reparos ou manutenção, sem interrupção do

funcionamento normal dos serviços. O veículo deverá ser submetido a fazer manutenção preventiva, a expensas da CONTRATADA, a cada 6 (seis) meses, no mínimo, ou de acordo com a previsão do manual do fabricante, com entrega de cópia do comprovante ao SLU. O veículo deverá ser adequado a toda legislação que disciplina veículos automotores;

11. Cada veículo deverá estar equipado com SISTEMA / GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global): O equipamento deverá ser apropriado para gerar relatório com a informação da rua em que está ocorrendo, ou tenha ocorrido, à coleta dos resíduos da coleta seletiva, a velocidade e todo o roteiro de trafegabilidade dos caminhões. O sistema utilizado deverá permitir o acesso aos dados a qualquer momento pela fiscalização do contrato;
12. A CONTRATADA deverá manter os veículos limpos e em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos e equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, constituindo obrigação contratual a sua perfeita apresentação e manutenção;
13. A CONTRATADA poderá se necessário e, mediante aprovação previa expressa do SLU, remanejar os circuitos de coleta, para que mantenha os serviços sempre adequados;
14. A CONTRATADA se obriga a trocar o equipamento e/ou veículo que não atenda às exigências dos serviços, por determinação do SLU;
15. Os veículos e equipamentos deverão atender o limite padrão de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas reguladoras, em especial a Lei Distrital nº. 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que trata da poluição sonora, e Decreto Distrital nº. 33.868, de 22 de agosto de 2012, sob pena de substituição. A emissão de fumaça negra pelos veículos e equipamentos deverá atender às prescrições do PROCONVE e da EURO3;
16. A CONTRATADA deverá prover todo e qualquer equipamento necessário ao bom desempenho dos serviços, atendendo aos melhores padrões de qualidade;
17. As marcas, os modelos e outras características dos veículos e equipamentos ficarão a critério da CONTRATADA, desde que atenda às especificações mínimas exigidas a seguir:
 - a) Caminhão carroceria, assemelhado ou Baú: Caminhão toco, com carroceria aberta com grades ampliadas no mínimo 2,10m de altura ou com carroceria fechada em alumínio (baú), com 2 (duas) portas laterais (uma porta de cada lado) de 2,10m x 1,0m e 01 porta traseira de abertura em duas folhas, capacidade volumétrica de até 30m³, (dimensões máximas do baú: comprimento de 4,50m, largura 2,00m e altura de 2,20m), em ambos os modelos deverá ter a motorização com potência mínima de 155 cv, combustível diesel, capacidade de carga útil superior a 4.800 Kg, com seguro total;
18. O quantitativo de veículo previsto é de 01 (um) caminhão conforme especificado no Item anterior. A CONTRATADA deverá ter caminhão reserva de forma a cumprir o contrato quando houver impedimento do caminhão principal, desde que informado e autorizado previamente pelo SLU obedecendo às mesmas especificações do caminhão principal;
19. Após a assinatura do contrato a CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias para a apresentação do veículo incluindo a instalação da programação visual para aprovação da DITEC e Diretoria de Limpeza Urbana - DILUR do SLU;
20. O SLU emitirá ordem de serviço para a CONTRATADA após aprovação do que trata o item anterior, que iniciará em até 24 horas.

II. Da Guarda e Higiene

1. Os veículos deverão ser recolhidos em espaço próprio da CONTRATADA, ou em áreas cedidas pelo SLU, dotados de instalações que atendam os códigos de posturas, ambientais, do Governo de Brasília e federais, com sistemas adequados para limpeza dos veículos de acordo com a legislação vigente;
2. Para a lavagem e desinfecção diária dos caminhões a CONTRATADA deverá dispor de local adequado, com sistema de captação de águas servidas à rede coletora de esgoto, com tratamento adequado conforme especificações do IBRAM.

Cláusula Décima - Das Obrigações

Parágrafo Primeiro - Constituem obrigações do SLU/DF:

- I. Proporcionar todas as informações solicitadas pela CONTRATADA pertinente ao objeto do serviço contratado;
- II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- III. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- IV. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- V. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- II. De acordo com estudos, citado no item 3.2 deste Termo, a expectativa do peso a ser coletado mensalmente é de 102 ton/mês, conforme detalhamento na tabela a seguir. Ocorrendo da CONTRATADA coleta 20%(81t) abaixo da estimativa, por 03 (três) meses consecutivos, deverá ser intensificadas ações de sensibilização da CONTRATADA junto à população atendida; caso a coleta tenha 40%(61t) abaixo da expectativa, por 02 (dois) meses consecutivos, deverá ser realizada auditoria pela Diretoria Técnica - DITEC do SLU na rota e no caso da coleta ficar 60%(41t) ou mais, por 02 (dois) meses consecutivos, abaixo do peso esperado a contratação deverá ser reavaliada com vistas à rescisão contratual;
- III. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- IV. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;
- V. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- VI. Utilizar empregados e cooperados/associados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- VII. Apresentar à CONTRATANTE, a relação nominal com CPF e função dos empregados e cooperados/associados que fazem parte da execução dos serviços mensalmente junto com a apresentação da nota fiscal;

- VIII. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- IX. Instruir seus empregados, associados e cooperados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- X. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- XI. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XII. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XIII. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições previstas no Termo de Referência ou no contrato (em consonância com Decisão nº 34/99 – TCU);
- XIV. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- XV. Compromete-se a distribuir e entrega porta a porta, material gráfico ou assemelhados disponibilizados pelo SLU, nos limites das rotas objeto do contrato;
- XVI. Apresentar comprovação de treinamento, por meio fotográfico, lista de presença e ou certificado, da equipe objeto do contrato, bem como curso regular de cooperativismo ou associativismo.

Cláusula Décima Primeira – Da Alteração Contratual

- I. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.
- II. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Segunda – Das Penalidades

- I. A CONTRATADA no caso de descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições previstas neste Instrumento, garantida a prévia defesa, estará sujeita às sanções previstas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006, no Decreto nº 26.993 de 12 de julho de 2006 e no Decreto nº 27.069 de 14 de agosto de 2006, Decreto nº 35.831/2014 e Decreto nº 36.974/2015, que alteram a redação do Decreto nº 26.851/2006, e subsidiariamente às previstas no artigo 87 da Lei 8666/93 de Licitações e Contratos;
- II. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos, por descumprimento das normas previstas no Projeto Básico e no contrato, observará o disposto nos arts. 81 a 88 da Lei 8.666/1993.

Parágrafo Único – Das Infrações e Sanções Administrativas

- I. A CONTRATADA estará sujeita a penalidade de multa contratual por infração e em porcentagem indicadas na Tabela 3 a seguir, em conformidade com o disposto no inciso V, do artigo 4º do Decreto nº 26.856/2006. A multa será por infração isolada ou cumulativa, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

TABELA 3 – QUADRO DE DESCRIÇÃO DE PENALIDADES

OCORRÊNCIA		FREQUÊNCIA	MULTA
1.	Não cumprir os serviços conforme estabelecido no Termo de Referência.	Por ocorrência	2%
PRAZOS			
2.	Atrasar mais de duas horas no exercício da coleta de resíduos conforme a proposta de coleta.	Por ocorrência	0,25%
3.	Antecipar início previsto para a coleta, sem prévia autorização do SLU.	Por ocorrência	
VEÍCULO/EQUIPAMENTOS			
4.	Usar veículo não padronizado ou em mau estado de conservação.	Por ocorrência	0,3%
5.	Utilizar veículo com data de fabricação acima de 60 (sessenta) meses de fabricação.	Por ocorrência	
6.	Falta dos equipamentos previstos no Termo de Referência (pá e enxada).	Por ocorrência	
7.	Utilizar equipamentos em mau estado de uso ou danificados.	Por ocorrência	
ROTA			
8.	Alterar rota sem prévia autorização do SLU.	Por ocorrência	0,4%
9.	Não cumprimento da rota integralmente conforme previsto na proposta de serviço.	Por ocorrência	
EQUIPES			
10.	Permitir a presença de cooperados/associados ou empregado não uniformizado ou sem equipamento de proteção individual (EPI) ou em mau estado de conservação.	Por ocorrência	0,5%
11.	Solicitar vantagem indevida, ingerir bebidas alcoólicas, conduta irregular do pessoal em serviço.	Por ocorrência	
12.	Permitir que seus funcionários, associados ou cooperados promovam discussões ou faltem com respeito para com a população, durante a execução dos serviços.	Por ocorrência	
FISCALIZAÇÃO			
13.	Deixar de fornecer planilhas de controle dos serviços exigidas ou não atender pedidos de informações e dados pelo SLU.	Por ocorrência	0,8%
14.	Não atender determinação do SLU para afastar qualquer empregado, associado ou cooperado.	Por ocorrência	
15.	Deixar de atender à determinação da fiscalização para correções da rota constante na proposta de serviço, em até 24 horas.	Por ocorrência	
16.	Fraudar qualquer relatório e ou pesagem dos resíduos e ou descarregar os resíduos recicláveis ou rejeito em local não autorizado, por ação ou omissão consumada ou por tentativa.	Por ocorrência	

Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão amigável

O Contrato poderá ser rescindido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão unilateral

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Quinta– Dos débitos com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do contrato.

Cláusula Décima Sexta – Da fiscalização

- I. A fiscalização da contratação e execução do contrato será exercida por um representante da Administração, ou por uma comissão formalmente designada pela Administração, o que couber, a(o) qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos arts. 67 a 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dos Decretos nºs 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e 32.753, de 04 de fevereiro de 2011.
- II. O representante ou os membros da comissão gestora do contrato deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- III. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- IV. O representante ou a comissão gestora do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários ou cooperados/associados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo Único - Do executor do contrato

O SLU/DF, por meio de Instrução, designará Executor para o contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, nos termos da Lei 8.666/93, art. 67 e seus Parágrafos e Decreto Distrital nº 32.598/2010.

Cláusula Décima Sétima – Da fraseologia anticorrupção

Havendo irregularidades, neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto Distrital nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

Cláusula Décima Oitava – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas em relação ao presente Instrumento.

Cláusula Décima Nona – Da Publicação e do Registro

A eficácia deste Instrumento fica condicionada à publicação resumida pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o seu registro pelo SLU/DF.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (vias) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas.

Brasília, 18 de maio de 2016.

Pelo SLU/DF:



HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS
Diretora-Presidente



CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS
Diretora de Administração e Finanças

Pela CONTRATADA:



JOSE MARTINS DOS SANTOS
Diretor-Financeiro

TESTEMUNHAS:



FRANCISCO ANTONIO MENDES JORGE
CPF: 392.455.781-00



ESTELAMAR DE OLIVEIRA
CPF: 121.091.691-61

